



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
NÚCLEO DE GESTÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

RIVELTON LIMA DE SOUZA

**RELAÇÕES DE TRABALHO E A INFORMALIDADE NAS CONFECÇÕES DE
JEANS DA CIDADE DE VERTENTES-PE**

Caruaru

2022

RIVELTON LIMA DE SOUZA

**RELAÇÕES DE TRABALHO E A INFORMALIDADE NAS CONFECÇÕES DE
JEANS DA CIDADE DE VERTENTES-PE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Administração.

Área de concentração: Organizações e Administração Geral

Orientadora: Prof. Dr.^a Aline Fábila Guerra de Moraes

Caruaru

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Souza, Rivelton Lima de.

Relações de trabalho e a informalidade nas confecções de jeans da cidade de Vertentes-PE / Rivelton Lima de Souza. - Caruaru, 2022.
57, tab.

Orientador(a): Aline Fábila Guerra de Moraes
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, Administração - Bacharelado, 2022.

Inclui referências, apêndices.

1. Informalidade. 2. Relações de trabalho. 3. Confecção. 4. Polo de confecções do Agreste. I. Moraes, Aline Fábila Guerra de. (Orientação). II. Título.

650 CDD (22.ed.)

RIVELTON LIMA DE SOUZA

**RELAÇÕES DE TRABALHO E A INFORMALIDADE NAS CONFECÇÕES DE
JEANS DA CIDADE DE VERTENTES-PE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Administração.

Aprovado em: 17 de Maio de 2022

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr.^a Aline Fábila Guerra de Moraes (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr.^a Ana Márcia Batista Almeida Pereira (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr.^a Sueli Menelau de Novais (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Dedico este trabalho a Deus, por me guiar, me dar força, ter me permitido vivenciar grandes momentos, e por sempre estar ao meu lado nos momentos difíceis, me fazendo superar cada dificuldade que encontro na minha jornada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me proporcionado, força, sabedoria e calma nos momentos que mais precisei, e por ter me ajudado a passar por cada desafio que encontrei no meu caminho.

A minha mãe, Maria de Lourdes, que fez o possível e impossível para me ajudar nessa caminhada, por sempre me lembrar que enquanto mais amarga a batalha, mais doce é a conquista.

Ao senhor José Cazuya Bezerra da Silva, que sempre me ajudou quando precisei, possibilitando que eu completasse minha graduação.

Agradeço a todos meus amigos que fiz nessa graduação, de cada momento, cada risada. Obrigado Amanda, Josiano, Marta, Sergio, Suzanny e Thiago.

Aos demais amigos e familiares, obrigado por sempre poder contar com vocês, nos bons e maus momentos.

A Professora Aline Guerra, que sempre esteve presente, pelo cuidado e atenção, e por me orientar na conclusão deste trabalho.

A Universidade Federal de Pernambuco – Campus do Agreste e todo o corpo docente, pelo conhecimento, pelas experiências, e por permitir possuir o título de Bacharel em Administração.

Agradeço a todos do grupo de capoeira da Universidade, pelos momentos de diversão e aprendizagem, em especial, ao Professor José Moura, que confio esse projeto nas minhas mãos.

E por fim, agradeço a todas as pessoas com me ajudaram de alguma forma na minha formação.

RESUMO

A informalidade é uma característica marcante no mercado de confecção de jeans de Pernambuco, se tornando uma alternativa para quem não consegue emprego formal, e vem sendo demonstrada como uma vantagem competitiva, através da desconstrução das relações de trabalho. Assim, o objetivo desse estudo é identificar os principais motivos pelos quais as pessoas se mantêm na informalidade nas fábricas de jeans da cidade de Vertentes - Pernambuco. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória, que se utilizou de entrevista semiestruturada para a coleta de dados, aplicada a 15 trabalhadores informais ligados diretamente a confecção de jeans. Para se atingir o objetivo, foi identificado o perfil desses trabalhadores, características do funcionamento das confecções, as condições de trabalho e principais motivações para a continuidade na informalidade. Os dados levaram a conclusão da falta de oportunidades de trabalho, falta de capacitação e ganhos salariais como os principais motivos para continuarem na confecção informal.

Palavras-chave: informalidade, relações de trabalho, confecção, Polo de Confecções do Agreste.

ABSTRACT

The informality is a striking feature in the Pernambuco jeans making market, it becomes a work alternative for those who cannot get formal employment, and is demonstrated as a competitive advantage, through the deconstruction of forms. That way the objective of this study is to identify the main reasons why people remain in informality in the jeans factions in the city of Vertentes - Pernambuco. This research is a qualitative, exploratory, which used a semi-structured interview for data collection, applied to 15 informal workers directly connected to a jeans factory. In order to reach the main objective for the continuity of informal confections, the characteristics of the workers, the work conditions and the main characteristics for the continuity of informal confections were identified. The data led to the conclusion of the lack of job opportunities, lack of training and salary gains as the main reasons to continue in informal confections.

Keywords: informality, work relationships, confection, Polo of Confecções do Agreste

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

ABIT	A Associação Brasileira de Indústrias Têxteis
ACAP	Aglomerado de Confecções de Pernambuco
CLT	Consolidação das Leis de Trabalho
CUT	Central única dos Trabalhadores
FHC	Fernando Henrique Cardoso
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PIB	Produto Interno Bruto
PT	Partido dos Trabalhadores

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	Objetivos	12
1.2	Justificativa da pesquisa	12
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1	Relações de trabalho no Brasil.....	14
2.2	Informalidade no Brasil	19
2.3	O trabalho nas confecções de jeans no agreste de Pernambuco.....	22
3	METODOLOGIA	28
3.1	Tipificação da pesquisa	28
3.2	Descrição do lócus da pesquisa.....	29
3.3	Sujeito da pesquisa.....	30
3.4	Coleta de dados	30
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	33
4.1	Identificar o perfil dos trabalhadores.....	33
4.2	Conhecer o funcionamento das confecções de jeans na cidade de Vertentes.....	37
4.3	Conhecer as condições de trabalho.....	42
4.4	Analisar os motivos pelo quais as pessoas trabalham de modo informal nas confecções em Vertentes, Pernambuco.....	45
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
	REFERÊNCIAS	51
	APÊNDICE I - FORMULÁRIO DE ENTREVISTA	55

1 INTRODUÇÃO

Com as mudanças estruturais na economia brasileira dos anos 1990, houve alterações no setor industrial, dando fim a política de substituição de importações, principal programa de desenvolvimento do país desde os anos de 1930. Essas mudanças causaram uma reestruturação nas empresas, que foram as responsáveis por concretizá-las, causando o fechamento de fábricas, terceirização, redefinição organizacional dos processos produtivos, e como resultado dessas mudanças, nosso país passou pelo maior fenômeno de demissões em massa na história da industrialização do país (COSTA, 2005).

Entre 1931 e 1934 vários decretos regulamentaram a exploração do trabalho, tornando maior a intervenção do Estado no mercado de trabalho. O Estado passou a controlar todos os aspectos da política, economia e vida social do país, criando vários Ministérios e órgãos regulamentadores das condições de trabalho. (FLEURY; FISCHER, 1992).

Pouco tempo depois do golpe de 1937, com o decreto-lei de 1939, há a restrição da atuação dos sindicatos, sendo válido suas atuações apenas pela aprovação e reconhecimento do Estado, forçando as empresas a imposições legais e gerando direitos apenas a parcela de trabalhadores urbanos. (COSTA, 2005).

Isso resultou em consequências para os trabalhadores das zonas rurais, sendo estes a maior parte da força de trabalho daquela época, ficando à mercê dos seus patrões, sem ter nenhum direito legal. Mais tarde este movimento resultaria na futura criação da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) brasileira. (COSTA, 2005). A CLT é criada em o que Krein (2013) definiu como um processo de três ondas: a primeira onda foi na promulgação da Constituição de 1946, em que novos direitos foram atribuídos aos trabalhadores, como por exemplo a participação nos lucros e assistência ao desemprego; a segunda onda foi durante a ditadura militar, atingindo diretamente as relações individuais dos trabalhadores, algumas mudanças como a estabilidade no emprego por indenização pela demissão e a contratação temporária de trabalhadores; e a terceira onda promulgou a Constituição de 1988, adicionando vários direitos

como licença maternidade, renumeração de férias, adicionais de horas extras, entre outros.

Apesar dos avanços e retrocessos do sistema de trabalho no Brasil, a taxa de informalidade continua mantendo-se em alta, sendo de 46%, segundo o relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), no ano de 2018. A informalidade sempre esteve presente na estrutura do mercado de trabalho no Brasil, sendo os limites entre a formalidade e a informalidade cada vez mais curtos, e gerando novas formas de se trabalhar, ao qual o direito do trabalho não tem controle sobre essas novas modalidades (PORTELLA, 2020).

Um relatório do Banco Mundial mostrou que 39,2% do Produto Interno Bruto (PIB) estava na informalidade, e se todas as dívidas de impostos fossem pagas ao estado, a carga tributária teria um total de 60,9%, do PIB. Outros dados levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) avaliaram a participação da economia informal do PIB, em 2003, em uma taxa de 12,75%. A informalidade interfere diretamente na arrecadação fiscal, assim como na eficiência econômica, afastando investimentos e comprometendo o bem-estar e a paz social (NERI, 2006).

Quando falamos de PIB, é certo afirmar que a indústria de produtos têxteis e de confecções tem uma grande importância para o país. A Associação Brasileira de Indústrias Têxteis (ABIT), em 2012, definiu que o Brasil é o quinto maior produtor têxtil e quarto de confecção do mundo, possuindo essa indústria a quase 200 anos no país (BERLIN, 2014).

E em análise principal, esse estudo tem como alvo a cidade de Vertentes em Pernambuco, que é relevante para essas indústrias, pois fica situado no Nordeste do país, que além do baixo custo de mão de obra, possui incentivos fiscais e financiamento do capital fixo, sendo esses fatores importantes para as empresas localizadas nesta região, possuindo também uma aproximação geográfica com o mercado externo, em específico com os Estados Unidos e Europa (DA SILVA; ROCHA, 2013).

Vertentes é uma cidade que faz parte do Polo 10, um núcleo ampliado do Polo três, sendo este composto por Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, e é um município do estado de Pernambuco (ALVES et al. 2016). No último censo, em 2010, Vertentes contabilizou uma população de 18.222

peças, porém, estima-se que a população em 2021 seja de 21.172. Vertentes também possui um PIB per capita é de até R\$ 8.276,80, o IBGE também estimou um percentual de receitas de fontes externas em uma taxa de 93,2% (IBGE, 2022).

Este trabalho tem como alvo os fabricos e facções da cidade de Vertentes, aqui tratadas como confecções, sendo os fabricos a nomenclatura das unidades produtivas familiares, geralmente nas residências, são unidades informais, e as facções são unidades mais precárias que os fabricos, sendo uma subcontratação das unidades dos fabricos, realizando só algumas etapas do processo produtivo (OLIVEIRA; SANTANA, 2013).

Sabendo do histórico e das características do trabalho informal, do potencial do mercado Têxtil da Região Nordeste, em específico Pernambuco e a cidade de Vertentes, questionamo-nos sobre **quais as motivações da informalidade nas confecções de jeans da cidade de Vertentes?**

1.1 Objetivos

O objetivo geral desta pesquisa é identificar os principais motivos pelos quais as pessoas se mantêm na informalidade nas confecções de jeans da cidade de Vertentes - Pernambuco. E para ajudar a alcançar o objetivo geral elaborou-se os seguintes objetivos específicos:

- Identificar o perfil dos trabalhadores das confecções;
- Conhecer o funcionamento das confecções de jeans na cidade de Vertentes;
- Conhecer as condições de trabalho destes trabalhadores;
- Compreender os motivos pelo quais as pessoas trabalham de modo informal nas confecções em Vertentes, Pernambuco.

1.2 Justificativa da pesquisa

A pesquisa em questão se justifica a partir de duas motivações principais: uma de cunho acadêmico e a segunda, pessoal. Sobre a primeira, é importante deixar claro que a informalidade é elemento presente nas relações de trabalho

no Brasil, sendo alvo de pesquisas em diferentes tipos de áreas. Em Pernambuco, a atividade de confecção é uma das mais importantes da região, especificamente do Agreste. Vertentes é uma cidade que faz parte deste circuito das confecções e tem a informalidade como característica marcante, porém são raros os estudos desenvolvidos na cidade. Dessa forma, estudar as características da informalidade na região, se fazem importantes por contribuir com a ciência e academia nesse sentido, trazendo mais dados do local para a academia e para os que se interessam, de modo geral, a entender mais sobre a cidade e a região, no que tange a construção de suas relações de trabalho, assim, contribuindo também para que, no futuro, essas informações possam ser utilizadas para criar programas que incentivem a formalização das confecções, suprimindo as necessidades que estão sendo atendidas, no momento, pela informalidade.

A segunda justificativa parte do ponto de vista pessoal do pesquisador. A partir da minha experiência trabalhando como costureiro na confecção informal da cidade de Vertentes, fui identificando várias características de como ela funcionava na informalidade, assim como as relações de trabalho que acontecem dia a dia, e como cada confecção é única, surgiu o interesse de pesquisar esse processo ao todo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo aborda as pesquisas teóricas que foram utilizadas de referência para este estudo, sendo eles: Relações de Trabalho no Brasil, Informalidade no Brasil, Trabalho nas confecções no agreste Pernambucano, Trabalho nas confecções da cidade de Vertentes.

2.1 Relações de trabalho no Brasil

Para Dedecca (2005), sempre que falamos sobre o trabalho no Brasil, temos que considerar algumas características que ajudaram na criação do mercado de trabalho e nas relações de trabalho. Características essas como a mudança do trabalho escravo para o trabalho livre, que gerou uma grande quantidade de mão de obra disponível para o processo de industrialização no país durante o século XX.

Na história do Brasil, três movimentos são considerados principais, pois marcaram a evolução geral do trabalho no país. O primeiro movimento foi a abolição da escravatura e a Revolução de Trinta, no período de 1888 e 1930, respectivamente, que geraram o trabalho livre e o mercado de trabalho assalariado. O segundo marco histórico ocorreu entre os anos de 1930 e 1980, com o governo militar, gerando um mercado de trabalho nacional e o aumento dos trabalhos assalariados, através da ampliação da industrialização nacional. O terceiro marco acontece desde 1981, com o desgaste desse processo de industrialização, gerando uma desestruturação do mercado de trabalho, e que fora agravado com a implementação do programa neoliberal no país (POCHMANN, 2012 apud PEREIRA; CABRAL, 2019).

Como Dedecca (2005) afirma, mesmo essa industrialização sendo capaz de gerar empregos, a quantidade gerada não era suficiente para suprir a demanda de mão de obra que a região Nordeste estava disponibilizando, tornando o setor da indústria um setor com alta disponibilidade de mão de obra. Ainda segundo o autor, através de regras preestabelecidas e coordenadas, o Estado combatia a ação dos sindicatos nos trinta primeiros anos da década de XX.

Com o golpe de 1937 estava acabada a liberdade sindical, a partir de um decreto que determinava o poder de representar os trabalhadores dos sindicatos como válido se o próprio Estado os reconhecesse, tornando este o único responsável por controlar suas atividades. Um dos supostos principais motivos pelo quais os trabalhadores aceitaram esse reconhecimento do Estado, era que o próprio forçava as empresas a aceitarem os acordos que ele - o governo - propunha, gerando direitos a apenas uma parcela dos trabalhadores das regiões urbanas, deixando os trabalhadores das regiões rurais sobre o controle dos seus patrões, e sem a interferência do Estado, continuando nesta situação por mais de duas décadas (COSTA, 2005).

O sistema de relações de trabalho no Brasil surgiu, então, com o intuito de que os sindicatos trabalhassem colaborando com o Estado para que concebessem uma estabilidade na geração e controle do trabalho e no âmbito social, gerando assim o surgimento da CLT, tornando legítimas as leis a favor do trabalhador, criando regras para o trabalho na indústria, e para contratação das empresas. Regras como a jornada de trabalho de 48 horas, idade mínima para trabalhar, regulamentação do trabalho feminino, horas extras, férias e descansos remunerados, entre outras (COSTA, 2005).

Entre 1940 e 1942, foi criada uma regulação do mercado e das relações de trabalho que supriam uma grande variedade de aspectos, como a criação do salário mínimo e leis de regulação das relações de trabalho, porém esses direitos só se aplicavam para o mercado de trabalho não agrícola, sendo que naquela época 75% das ocupações eram agrícolas, tornando esses direitos apenas para uma pequena parcela privilegiada da população (DEDECCA, 2005).

Ao mesmo tempo que todas essas mudanças no mercado de trabalho e nas relações de trabalho eram criadas e executadas, Vargas também atuava de forma contrária a essas mudanças, tentando tirar o poder dos mecanismos que iriam aplicá-las, regulamentá-las e controlá-las, tornando essas mudanças fora da possibilidade de se tornarem realidade, ou pelo menos, viáveis para a sociedade. Desse modo, como a proteção social não estava sendo aplicada de forma correta, o mercado de trabalho estava sendo pouco institucionalizado, criando um efeito no qual gerou uma grande quantidade de trabalhadores informais naquela época.

Entre as décadas de 1960 e 1970, o maior debate não foi sobre o desemprego, mas sobre a informalidade do mercado de trabalho, processo que se desenvolveu em decorrência de como as relações de trabalho se estruturaram e no desenvolvimento do país entre 1930 e 1970. Todo esse processo ocasionou um grande desenvolvimento econômico para o país, a custo de um desenvolvimento social precário, quase inexistente (DEDECCA, 2005).

Com o surgimento de um novo sindicalismo, entre os anos de 70 e 80, e como descrito por Fleury e Fischer (1992), a participação dos trabalhadores na política estava ficando cada vez maior, e mudando o modo como os sindicatos atuavam. A importância da assessoria dos sindicatos era óbvia, ficando mais evidente nas discussões sobre os direitos sociais dos trabalhadores na Constituição de 1988.

A partir dos anos 80, as ações sindicais tinham o intuito de trazer mudanças significativas tanto para a economia como para o meio social. Como os movimentos sindicais eram controlados e reprimidos pelo governo militar, com o fim do autoritarismo militar, os sindicatos ficaram mais envolvidos no meio político, trazendo modificações para o mercado e para as relações de trabalho. Com essas mudanças, surgiu o Partido dos Trabalhadores, o PT (DEDECCA, 2005).

Junto a isto, a chegada e a utilização de novas tecnologias, se gerou um “desenvolvimento profissional dos trabalhadores” (FLEURY; FISCHER, 1992, p. 11), e também trouxe mudanças nas relações com o trabalho e com a organização

Como Costa (2005) aborda, com a Constituição de 1988, veio a legalização de algumas conquistas tanto para a representação de interesses, como na ampliação de direitos sociais e trabalhistas, porém mesmo a Constituição eliminando vários princípios considerados autoritários, manteve alguns traços corporativistas, como a contribuição obrigatória e a possibilidade de só haver um sindicato para cada categoria.

O problema do emprego foi gerado a partir do modo ao qual se iniciou o mercado de trabalho, porém Dedecca (2005) complementa e diz que até os anos 80, a causa que era atribuída a limitada estruturação e eficácia e não ao mal funcionamento da regulação social daquela época.

As greves dos anos 80, vindas de um período em que a economia estava retrocedendo, comparada ao milagre econômico, não foram o bastante para que fosse aplicado mudanças que trouxessem resultados reais na desigualdade econômica e social (COSTA, 2005).

No início dos anos 90, a central sindical denominada Central Única dos Trabalhadores (CUT), se destacou entre as outras centrais sindicais, pois era pioneira em ter como objetivo equilibrar os interesses entre o Estado, as empresas e os trabalhadores. Porém ainda existiam barreiras entre os trabalhadores e os patrões, como as diferenças econômicas dos setores e regiões, ligadas ao fracasso do plano para estabilizar a economia, tornando inviável as ações dos sindicatos, enfraquecendo o seu poder de barganha (COSTA, 2005).

As dinâmicas da estrutura produtiva e do mercado de trabalho sofreram alterações na década de 90, que tiveram início especificamente em 1994, causando uma reestruturação econômica, que não compactuava mais com a economia gerada pela industrialização, e que para alcançar a modernização econômica, era necessário abrir o mercado para a concorrência externa (DEDECCA, 2005).

Com um Estado paternalista, ocasionou-se uma economia estatizada, em que a privatização aparecia como solução, gerando-se a necessidade de insumos importados e de produtos estrangeiros. Essas ações resultaram em uma alta no déficit em conta corrente, em uma queda na produção industrial, e numa grande diminuição de empregos (FLEURY; FISCHER, 1992).

Segundo Costa (2005) a economia brasileira em 1990, era fechada, porém tinha uma estratégia de ajustes econômicos, com a abertura do comércio e as privatizações, e possuía o objetivo de começar a atuar na economia global. Essa abertura da economia aconteceu de forma desastrosa, gerando consequências. Até a metade da década de 90, a perda de mais de um milhão de empregos, forçando uma parcela dos trabalhadores a escolherem a informalidade e a outra a optarem por prestar serviços, na qual essa segunda escolha possuiria uma grande variedade de condições de trabalho, em que a maioria teria baixa qualificação profissional e salários baixos.

O capitalismo ocasionou no Brasil, nos anos 90, mais diminuição que criação de novos empregos, com isso, o número de pessoas procurando vagas em relação a quantidade de vagas oferecidas em 1999 pode ser entendido como a prova de diminuição de vagas de emprego (PERES, 2003). Isso fez com que as pessoas optassem pela informalidade, renunciando a direitos propostos na constituição e trabalhassem em ambientes que não as motivem profissionalmente.

Com o agravamento do desemprego e com o descontentamento dos desempregados e os cidadãos que tinham seus empregos ameaçados, por se tratar de um ano eleitoral, o Poder Executivo teve que optar por criar esboços de outras possíveis medidas sobre essas questões. Na segunda metade de 1998, em meio à crise financeira internacional, o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) criou um pacote de medidas trabalhistas, que visavam o funcionamento e à organização do mercado de trabalho, com o pretexto de enfrentar o desemprego (KREIN; OLIVEIRA, 2001).

Algumas das medidas que se destacavam nas propostas do novo pacote trabalhista, criando pelo governo FHC segundo Krein e Oliveira (2001) foram a suspensão do contrato de trabalho por um período de dois a cinco meses para qualificação profissional, a jornada parcial, que tornava possível a redução dos salários de acordo com a jornada adotada pelos funcionários, o aumento do prazo que as empresas tinham para pagar as horas extras dos funcionários, passando de quatro meses para um ano.

Diante do cenário do aparecimento e crescimento da informalidade no país, vamos a partir de agora nos debruçar sobre ela, tentando entender como a informalidade afeta as vagas de emprego, quais os fatores que são atribuídos, qual o papel do governo na informalidade do país, a influência do neoliberalismo, qual o papel que o partido dos trabalhadores teve em relação a diminuição do crescimento da informalidade, e como está o desenvolvimento da informalidade nos últimos anos.

2.2 Informalidade no Brasil

O conceito de setor informal é algo complexo, sendo este termo utilizado pela primeira vez em 1970, tentando compreender as razões que dificultavam a entrada de trabalhadores no mercado de trabalho assalariado. Ao passar do tempo, ficou claro que a informalidade não é algo incomum, sendo uma forte característica do modo de produção atual, sendo assim, tentar utilizar de políticas para acabar com a informalidade, sem levar em consideração o papel que possui no mercado, talvez não crie as melhores alternativas para superá-la (MARQUES et al, 2018).

No Brasil existe uma alta recorrência da informalidade, isso possui consequências, como descrito por Neri (2006), as principais são três: a primeira sendo a incerteza sobre situações fiscais futuras; a segunda é a transferência arbitrárias de renda, e por último a não contribuição previdenciária, neste caso, os indivíduos teriam que se garantir por conta própria, com poupança prévia ou previdência privada, que em geral, para a população mais pobre, não aderem a essas garantias futuras.

No Brasil, atualmente, acontece um processo de desestruturação, através de uma influência preponderante exercida pelo neoliberalismo, fazendo com que o Estado diminua o poder de regular e de manter sob o controle a iniciativa privada (PEREIRA; CABRAL, 2019). Em 1990, com o destaque do neoliberalismo, a desindustrialização, o aumento no setor de serviços, a terceirização, entre outros, tornaram-se os desafios mais complexos para as organizações sindicais (MARQUES et al, 2018).

A partir os anos 90, o governo vem acabando aos poucos com os contratos salariais e reduzindo a qualidade das relações de trabalho. O IBGE, em 2019, afirma que o percentual de trabalhadores da população que estavam exercendo suas profissões de modo informal, atingiu um novo recorde no Brasil, alcançando uma porcentagem de 41,3% (PEREIRA; CABRAL, 2019).

Pereira e Cabral (2019) ainda levantam uma questão interessante para discussão: é questionado se a informalidade é uma alternativa ao desemprego, ou se trata de uma ferramenta utilizada para o aumento do capital e para eliminar os direitos sociais que já foram alcançados.

A informalidade não é atribuída a fatores internacionais ou sazonais, tampouco tecnológicos, ainda que esses fatores citados possam gerar desemprego e precarização, o que foi observado na década de 90, principalmente no Governo de Fernando Henrique Cardoso, do ano de 1995 a 1998, foi um fenômeno intenso, acontecendo em todo território nacional, que nunca tinha acontecido no país. A criação de novos empregos foi altamente afetada pela retração das atividades produtivas e o desmonte das estruturas preexistentes, sem substituí-las, ocasionando uma alta no desemprego. Entre 1989 e 1998, o desemprego afetou mais os homens, de quarenta anos ou mais, pessoas casadas e pessoas com o nível de escolaridade mais elevado (MATTOSO, 1999).

Segundo Pereira e Cabral (2019) entre algumas das ações aplicadas pelo governo que atuou durante a década de 90, estão a extinção da política salarial, reforma da previdência, reforma administrativa, reforma tributária e privatização de importantes empresas. Todas essas ações resultaram em um alto índice de desemprego, principalmente nas regiões metropolitanas; decadência nos contratos salariais, por causa do aumento da informalidade, terceirização e precarização das relações de trabalho.

Segundo Mattoso (1999), mesmo afetando diretamente milhões de brasileiros, a precarização do mercado de trabalho e o desemprego são uma parte do problema em questão. O motivo que está por trás de todo esse problema, que passa as vezes despercebido, é a desconstrução das condições e relações de trabalho, que vem sendo mostrado como vantagens competitivas através de discursos de economistas e consultores.

A partir da crise mundial de 2008, as experiências internacionais com as reformas neoliberais vêm acontecendo com uma frequência cada vez maior. Na última década, alguns países da Europa e da América Latina, passaram por processos de reforma que flexibilizaram a legislação trabalhista, porém, as reformas trabalhistas que aconteceram no Brasil, diferentes das internacionais, tiveram como foco a desconstrução do sistema de proteção social e o recuo da regulamentação da proteção das relações de trabalho (DRUCK et al, 2019).

Até maio de 1999, houve uma redução na quantidade de empregos no setor da indústria de transformação em cerca de um milhão e 600 mil em uma

década. Outro setor muito atingido foi a indústria têxtil, com uma quantidade de 364 mil empregos formais reduzidos (MATTOSO, 1999).

Na década de 2000, o atual governo da época, gerido pelo Partido dos Trabalhadores, conquistou uma considerável recuperação dos empregos no setor da indústria, assim como aumentou as taxas de formalização dos empregos, e conquistou grandes avanços na área social e nas taxas de desempregos, levando em consideração dados dos governos anteriores, valorizando o salário mínimo (PEREIRA; CABRAL, 2019). O partido dos trabalhadores atuou entre os anos de 2003 à 2015, ocasionando uma diminuição no avanço do modelo neoliberal (DRUCK et al, 2019).

O governo que atuou após o partido dos trabalhadores, deixou claro que o então presidente Michel Temer tinha como prioridade às necessidades capitalistas, dando a liberdade do mercado se autorregular, tornar ainda mais precárias as forças dos sindicatos, e apoiar a privatização de forma ampla e clara (PEREIRA; CABRAL, 2019). O Presidente Michel Temer aprovou as leis nº13.429/2017 e 13.467/2017, onde a primeira trata da terceirização irrestrita, e a segunda trata de um amplo conjunto de modificações legislativas denominadas “reformas trabalhistas” (DRUCK et al, 2019).

Para Krein (2018), em 2017, o Governo Federal e o Congresso brasileiro, não levaram em consideração as necessidades dos mais pobres, aprovando naquele ano o desmonte dos direitos sociais e trabalhistas que foram conquistados com muito trabalho e luta, nos últimos cem anos pelo povo brasileiro.

Essa afirmações tem como base a hipótese que as mudanças institucionais que foram aprovadas pelo governo naquele ano, tinham o objetivo de permitir aos empregadores conseguir a força de trabalho, utilizando de seus próprios termos, de práticas que já existiam, porém que foram aprovadas e tornadas práticas legais, por essas mudanças institucionais, causando assim a auto regulação do mercado, submetendo o trabalhador a inseguranças em relação aos seus direitos, e tornando o empregador responsável por determinar as condições de realizar a contratação, determinar também a mão de obra e a remuneração do determinado trabalho (KREIN, 2018).

A aprovação da reforma da legislação trabalhista brasileira aconteceu pois o país passava por uma crise democrática, onde a elite minoritária tem privilégios e a representação política está em constante queda, sendo relacionado ao contexto neoliberal (DRUCK et al, 2019).

Mesmo com o alto índice de desemprego e precarização do trabalho, os trabalhadores ainda terão que se remeter a hábitos antigos entre empregador e empregado, onde estão à mercê, tendo que entrar em acordo sobre a jornada de trabalho, férias, intervalos, horas extras, entre outros, direitos garantidos que agora tem que ser discutidos antes da contratação, tendo que optar por abrir mão de parte de direitos que foram conquistados e agora estão correndo o risco de desaparecerem (PEREIRA; CABRAL, 2019).

Apesar de toda a desestruturação das conquistas trabalhistas que aconteceram e continuam acontecendo, o Polo de confecções do Agreste tem e manteve a informalidade como uma das suas principais bases de origem (BRAGA, 2014). No próximo tópico buscaremos abordar mais sobre a informalidade na região.

2.3 O trabalho nas confecções de jeans no agreste de Pernambuco

A informalidade está presente no país há muito tempo, e possui uma grande influência em diversas atividades econômicas. Na confecção de jeans não é diferente, sendo que esta atividade, no Nordeste do país, especificamente em Pernambuco, se originou no meio de um mercado informal como uma alternativa para o sustento de pessoas que não estavam inseridas no mercado de trabalho formalmente.

Com a informalidade, a confecção de jeans causa nos seus trabalhadores o que Lira (2020) chamou de processo de desgaste, resultado de uma alta exploração da força de trabalho, através da grande jornadas e altas carga de trabalho, podendo ocasionar nos trabalhadores problemas futuros, como doenças, invalidez e até a morte. Esse processo de desgaste acontece pois os trabalhadores das confecções informais do agreste de Pernambuco, vivem em condições de trabalho precárias, sobre grandes jornadas de trabalho e a incapacidade dos serviços sociais de ajudar esses trabalhadores, gerando

desgaste físico e mental, e fazendo com que o trabalhador fique sempre exausto e não consiga acompanhar essa rotina (SILVA, 2017).

As atividades do Polo de Confecções de Toritama, localizado no Estado de Pernambuco, por exemplo, surgem com a informalidade sendo uma de suas principais características, com uma estrutura precária, utilizando de tecnologias de domínio popular, e tanto sua produção, quanto o comércio, baseados nas relações familiares. E segundo Braga (2014) toda essa base em que o Polo foi fundado, gera consequências para a atualidade, sendo uma delas a resistência dos sulaqueiros de aderirem a novas normas e regras dentro da comercialização e funcionamento, horários de funcionamentos determinados pelo empreendedor, não existindo uma padronização de abertura e fechamento, a persistência da informalidade, tanto na gestão dos negócios, quanto nos contratos de trabalhos e no modo de comercialização.

Diante da discussão acerca da informalidade, pode-se observar sua existência em regiões com menos recursos, assim como já mostraram alguns autores como Ana Márcia Pereira (2018), Roberto Vêras (2014) e Bruno Mota (2014). Nesse sentido, passaremos agora a buscar discutir sobre essa informalidade em um local específico, o Polo de Confecções de Pernambuco.

No período anterior as atividades de confecções do conhecido Polo de Confecções do Agreste, um aglomerado de três cidades que possuem uma dinâmica na atividade de confecção em geral, a atividade econômica que ajudou a população do agreste na melhoria da sua economia foi a produção de algodão, porém esta deixou de ser viável pois dependia do mercado internacional e estava situada na parte da região semiárida do Nordeste, a qual possui faixas muito secas, inapropriadas para a plantação trazendo uma crise socioeconômica para a região.

Com os efeitos da seca e perda do cultivo da região, gerando uma agricultura instável e uma insegurança em relação ao clima, ocasionou-se uma grande quantidade de trabalhadores desempregados, que foram obrigados a largar a cultura do plantio, onde não estava mais sendo alcançado a renda necessária para a sobrevivência. Essa mão de obra deslocada do campo para a cidade estava trabalhando em comércios locais e na fabricação de calçados, que na medida que essa fabricação foi perdendo espaço para os sapatos sintéticos,

abriu uma oportunidade para a confecção, sendo essa responsável por suprir trabalho para os desempregados deslocados do campo (OLIVEIRA; BRAGA, 2014; BRAGA, 2014).

Segundo Lira (2008) a cidade de Santa Cruz do Capibaribe, foi quem deu início na produção da sulanca, termo que tem seu significado vindo das palavras 'sul' e 'helanca', que representam os tecidos de helanca que vinham do sul do país e que, a princípio, eram utilizados para confeccionar colchas e tapetes.

O início da sulanca aconteceu no final da década de 1940 e início de 50, na já citada cidade de Santa Cruz do Capibaribe, e segundo Oliveira e Braga (2014) alguns comerciantes de produtos da região, como galinhas, queijo, carvão vegetal, se deslocavam para a cidade de Recife, onde vendiam seus produtos e traziam de volta retalhos de tecidos. Alguns autores como Araújo (2003) e Lira (2008) afirmam que o nome dos primeiros comerciantes a trazerem os retalhos de tecidos da cidade de Recife foram Dedé Moraes, Pedro Diniz e Manoel Caboclo.

Segundo Oliveira e Braga (2014) os retalhos trazidos da capital, eram utilizados por costureiras da região, que confeccionavam, no início, colchas e tapetes, e posteriormente roupas, na sua maioria infantis, e que tinham como destino serem vendidas nas feiras da cidade. Sua clientela eram as pessoas de baixa renda e a principal característica das vendas era o baixo preço.

Esses retalhos vindos da capital, passaram a ser utilizados como matéria-prima pelas costureiras dos sítios. A mão de obra era familiar, produzida nos próprios domicílios, com um aspecto artesanal, sendo vendida nas feiras e servindo como um complemento para suas rendas (BURNETT, 2013).

Essas unidades produtivas domiciliares foram se expandindo e migrando para áreas urbanas, atualizando as tecnologias para trabalharem, já que os tecidos vindos do Sul precisavam de maior qualidade na confecção, tornando esses processos semi-industriais (BURNETT, 2013).

Tanto Oliveira e Braga (2014), como Braga (2014), afirmam que assim que as atividades de confecções foram se desenvolvendo, também foram surgindo os primeiros espaços destinados apenas para a venda dessa produção, tornando as atividades mais consistentes, com uma clientela maior e mais fixa, nascendo a Feira da Sulanca, sendo as primeiras feiras nas da cidade de Santa

Cruz do Capibaribe e de Caruaru, e posteriormente a da cidade de Toritama. A feira da sulanca acabaria por encerrar o vínculo com as feiras livres, feiras essas que tinham mais aspectos de feira agropecuária.

O comércio cresceu junto com a cidade e, entre as décadas de 60 e 70, quando o Estado autoritário se instalava e legislava sobre o trabalho, período conhecido também como “milagre econômico” (PEREIRA, 2018), a estrutura da feira da sulanca foi criada, onde inicialmente, as mercadorias eram vendidas nas calçadas das casas, e posteriormente em barracas e bancos de madeiras (BRAGA, 2014).

Em 1980, O Banco do Brasil teve uma iniciativa de financiar 2.500 máquinas industriais, para substituir as máquinas não industriais que eram utilizadas na época (CABRAL, 2007), máquinas adaptadas das confecções de sapatos de couro (ESPIRÍTO SANTO, 2013) que eram a base de produção desde os anos 30, sendo uma produção artesanal. Essa produção de calçados entrou em decadência nos anos 80, pelo aumento da matéria prima e concorrência com o sudeste (LIRA, 2008).

Wecisley Ribeiro do Espírito Santo (2013) define sulanqueiros sendo a categoria dada aos trabalhadores do vestuário em geral, podendo ser costureiro(a), comerciantes da feira da sulanca, bordadores etc. Nos anos 80, os sulanqueiros de Toritama, que vendiam seus produtos na feira de Santa Cruz do Capibaribe, tentaram fazer sua própria feira em Toritama, pois acontecia um movimento de regulamentação pública na feira de Santa Cruz, porém não obtiveram sucesso (OLIVEIRA; BRAGA, 2014).

Essa nova feira só teve início nos anos 90, com as mesmas características da feira vizinha, com condições precárias e péssima organização, porém com capacidade crescente de desenvolvimento (OLIVEIRA; BRAGA, 2014). A produção e o comércio passaram a ter uma crescente adoção de atividades e serviços variados, serviços esse como *design* de moda, consultorias, gestão e *marketing*, qualificação profissional, financiamentos etc. Junto a essas melhorias, começam a surgir as primeiras marcas próprias (ANDRADE, 2008).

A feira da sulanca de Toritama, logo após seu início, foi deslocada para a Rua Antônio Soares, a margens da BR 104, localizadas na BR que liga as

idades de Caruaru a Santa Cruz do Capibaribe. Como a feira estava localizada muito próximo a BR, acidentes eram frequentes, sendo responsabilidade dos órgãos públicos, realocar a feira para as ruas próximas, demarcando o espaço, cadastrando os bancos e definindo taxas a serem pagas para a prefeitura para auxiliar na organização da feira (OLIVEIRA; BRAGA, 2014).

Em 2001, foi construído o primeiro Centro Comercial Parque das Feiras, tendo sua área de construção nove hectares, está situado às margens da BR 104, de início, possuía 985 boxes de 3 m², e 125 lojas de 25 m², ainda disponibilizando espaços reservados para lojas e boxes. A área interna do Parque, possui aproximadamente cinco mil metros, toda essa área é coberta e o Parque ainda possui praça de alimentação, banheiros públicos, caixas eletrônicas, uma rádio comunitária, e estacionamento para 2000 veículos (BRAGA, 2014).

Os municípios que fazem parte da sulanca são mais abrangentes, pois a divisão do local onde o processo de fabricação inicia até o local da venda, é muito mais amplo e complexo, e como esses processos são espalhados pelos municípios da região, a definição de onde começa e onde termina é mais complexa. Os municípios que constituem esses processos de fabricação da sulanca, possuem unidades fabris, ou fabricos, alguns com maquinário que possui uma tecnologia mais avançada quando comparado às unidades de fabricação domésticas, que acontece na própria casa dos trabalhadores (LIRA, 2008).

Dentre os municípios que fazem parte da sulanca, se destacam: Brejo da Madre de Deus, Jataúba, Taquaritinga do Norte, Vertentes, Riacho das Almas, São Caetano, entre outros. Nesses municípios, tanto as áreas urbanas quanto rurais fazem parte dos processos de fabricação, porém, quem continua como carro chefe das vendas da sulanca ainda são as cidades de Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe (LIRA, 2008).

O Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco é formado por 13 municípios, e alguns desses municípios são destacados, como Vertentes. Vertentes tem como predominância a confecção de artigos infanto-juvenil, e também possui uma das maiores concentrações de lavanderias industriais de beneficiamento de jeans, sendo 15% de todas as lavanderias da produção de

jeans do agreste, junto com Toritama, Caruaru, Riacho das Almas, e Surubim (GUIMARÃES et al, 2018).

Como afirmam Alves, Xavier e Campos (2016) Vertentes é um município do estado de Pernambuco, tendo como distrito, o Junco, e como povoados: São João do Ferraz, Serra da Cachoeira, Chã do Junco, Capela Nova, Serra Seca, Sítio Cumaru. O último censo realizado na cidade de Vertentes foi realizado no ano de 2010, calculou o PIB per capita em R\$ 7.806,45, e teve uma contagem da população resultante de 18.222 pessoas. Tendo um crescimento destaque, em relação ao crescimento dos municípios do Aglomerado de Confeções de Pernambuco (ACAP), um crescimento no PIB de 2000 a 2010 de 111,5%. Ainda segundo os autores, Vertentes é uma cidade que faz parte do Polo 10, um núcleo ampliado do Polo três, composto por Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, sendo o Polo três o núcleo do Polo de confeções do Agreste de Pernambuco.

Portanto, essa pesquisa procura identificar como as facções funcionam na informalidade e as características das pessoas que atuam nessa atividade, através de entrevistas com pessoas que atuam nas confeções informais na cidade de Vertentes, conforme explicaremos no próximo tópico, referente a Metodologia deste trabalho.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento da pesquisa, sendo os tópicos organizados nas seções: Tipificação da pesquisa, Descrição do lócus da pesquisa, Participantes da pesquisa, Instrumento de coleta de dados e Procedimento de coleta de dados.

A estratégia da pesquisa foi o estudo de campo, que segundo Gil (2002) tem como foco de pesquisa comunidades, que podem ser ou não geográficas, sendo estas comunidades focadas em algum tipo de atividade humana, sendo utilizadas observações diretas das rotinas, e de entrevistas para que possamos ter explicações e interpretações sobre o grupo estudado. Como afirma Vergara (2016) na pesquisa de campo pode haver a aplicação de entrevistas como modo de coletar dados.

A pesquisa caracteriza-se também como exploratória, a qual, segundo Vergara (2016) é utilizada nas áreas onde se tem pouco conhecimento. Para Gil (2002) este tipo de pesquisa tem como objetivo desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, podendo ser utilizado na pesquisa levantamento bibliográfico e entrevistas não padronizadas, sendo realizada quando o tema da pesquisa é pouco explorado e por consequência tornando difícil a formulação de hipóteses.

O desenho da pesquisa escolhido foi o transversal, pois o objetivo foi analisar uma amostra de um sujeito em determinado momento, assim como afirma Richardson (1989). Ainda segundo Richardson (1989) com o desenho de pesquisa transversal, os dados coletados para a pesquisa terão informações do momento da coleta, podendo as informações coletadas serem diferentes se uma nova coleta for realizada em um algum momento no futuro.

3.1 Tipificação da pesquisa

Para abordagem da pesquisa utilizou-se o método qualitativo pois a presente pesquisa tem como objetivo estudar a relação entre a utilização de ferramentas e sua influência no comportamento, sendo um objetivo não

quantificado, mas de relação social, e segundo Gerhardt e Silveira (2009) o objetivo de se utilizar o método qualitativo é entender e buscar explicar nas relações sociais, com foco em estudos que não possam ser quantificados.

Os tipos de dados para a pesquisa são primários, pois foi utilizado a entrevista informal com costureiros informais das confecções de jeans, a qual são foco desta pesquisa, e segundo Cervo, Bervian e Silva (2007) os dados primários são as informações coletadas de primeira mão, ou as ações de coleta são realizadas pelo pesquisador, onde são utilizados como métodos para adquirir essas informações depoimentos, entrevistas, questionários, laboratórios, testemunho oral, entre outros.

Utilizou de entrevista, uma forma de interação social, em que alguém está coletando e a outra é a fonte dos dados a serem coletados para a pesquisa, como afirma Gerhardt e Silveira (2009), e segundo Zanella (2006), tem a possibilidade de ser aplicada em todos os segmentos da população, como analfabetos, e dá uma maior liberdade ao entrevistador.

3.2 Descrição do lócus da pesquisa

A pesquisa foi realizada em confecções, fabricos e residências de pessoas que trabalham de forma direta e indireta com a confecções de jeans, moradores do Município de Vertentes, no Estado de Pernambuco, estando relacionadas de alguma forma com o Polo de Confecções das cidades vizinhas.

Cada entrevistado trabalha em um ambiente diferente, alguns exemplos dos locais de trabalho são: um local reservado em casa para o trabalho, alguns mantêm as máquinas juntos aos móveis da casa sem nenhum tipo de separação; outros possuem o que é conhecido na região como fabricos, que são espaços como garagem ou até mesmo casas, onde só possuem maquinários da fabricação de jeans; também foram entrevistadas pessoas que na própria residência mantêm o maquinário, porém em cômodos separados do resto da residência, quase se caracterizando como um fabrico, com a diferença que essas residências são utilizadas também como moradia; e por fim, alguns entrevistados trabalham na residência ou no fabricos de outros.

3.3 Sujeito da pesquisa

Os sujeitos da pesquisa foram 15 trabalhadores da área de confecção, que realizam atividades variadas, envolvidos diretamente no processo de produção, sendo alguns destes gerentes e outros autônomos, que em sua maior parte trabalhavam sozinhos, prestando serviços que seriam parte do processo que ou não é realizado nas fábricas ou fica mais viável para as mesmas terceirizarem. Também foram entrevistados costureiros que trabalham em casa sozinhos ou com as pessoas que dividem a casa, e funcionários de fábricas e depósitos.

Como há uma grande quantidade de possíveis sujeitos para a pesquisa, foi selecionado um grupo pequeno, de início, grupo esse que teria uma alta chance de entrevistar, pois as pessoas que trabalham na confecção de jeans, tendem a fazer hora extra com frequência e geralmente não possuem horários definidos.

A partir desse grupo inicial, os próprios foram me indicando outras possíveis pessoas que eu poderia entrevistar, formando assim o efeito de bola de neve, onde um grupo pequeno de entrevistados indicam mais pessoas (ZANELLA, 2006).

3.4 Coleta de dados

O instrumento escolhido para realizar a pesquisa foi a entrevista semiestruturada, pois cada entrevistado possui características únicas que não seria possível criar um roteiro totalmente estruturado, assim possibilitando que cada participante respondesse com suas palavras e também desse informações para qual achasse importante para cada pergunta, e como afirma Gerhardt e Silveira (2009), as entrevistas semiestruturadas possuem um roteiro pré-estabelecido, porém o entrevistador permite e aconselha ao entrevistado que responda com liberdade, fazendo surgir novos questionamentos.

Com o instrumento de coleta de dados em mãos, foram realizadas entrevistas, com uma média de 30 perguntas, todas abertas, as quais podem ser visualizadas Apêndice I deste trabalho.

Inicialmente, o contato foi feito com algumas pessoas conhecidas pelo pesquisador, que trabalham na confecção de jeans, através de mensagem, onde perguntava se poderia entrevistá-los para um trabalho universitário, deixando claro que eu não tinha nenhuma ligação com fiscalização. Antes desse contato para marcação de entrevista, foram enviados questionários via aplicativo de mensagem, porém os mesmos não obtiveram resposta, por isso foi escolhida a opção de entrevista informal, pois permitiu ao pesquisador maiores possibilidades de sucesso nas respostas.

Após o retorno do entrevistado com a resposta, era marcado um lugar para a entrevista, porém, aconteceu, por diversas vezes, do entrevistado necessitar de remarcar mais de uma vez, pois nessa área as pessoas não possuem um horário fixo, tendo que remarcar por algum imprevisto. Geralmente me deslocava até a residência e realizava a entrevista, que durava em média 20 minutos, onde gravava as perguntas e resposta no telefone via um aplicativo de gravação, sempre iniciando a entrevista pedindo a permissão e deixando claro que estava sendo gravado.

O período das entrevistas datou inicialmente em 8 de janeiro de 2022, e teve o término em 23 de abril de 2022, onde foi possível conseguir uma quantidade de 15 entrevistados, na qual metade deles foi entrevistado enquanto trabalhavam, e a outra metade em períodos de folga.

Vale ressaltar que de todos os entrevistados, só um relatou que já participou de algum tipo de entrevista, sendo este o único com experiências com os procedimentos, o restante apresentou dúvidas sobre as perguntas, que foram tiradas na maioria das vezes reformulando-as. Outro relato importante sobre a coleta foi que, em alguns casos, foi demonstrada timidez por parte dos entrevistados, fazendo com que gaguejassem ao começar a falar, se afastavam do aparelho utilizado para gravação ou começavam a falar muito baixo fazendo com que ou fosse preciso repetir a resposta ou o entrevistador repetisse a resposta de forma audível.

Toda a pesquisa e a aplicação da entrevista seguem os padrões éticos vigentes. Antes da aplicação da entrevista, foi coletado o consentimento dos participantes em áudio, deixando claro o propósito do estudo, os riscos associados aos procedimentos e o direito de interromper ou recusar a participar

da pesquisa. Foi especificado que não seria associado os nomes dos participantes aos dados coletados, que os dados coletados seriam utilizados somente para a pesquisa já informada, e que esses dados não seriam utilizados para outras pesquisas.

Os dados coletados foram analisados através de análise de discurso, não a uma definição estruturada da análise de discurso, porém existe critérios que podem auxiliar na análise aqui realizada, sendo alguns desses: os textos, que seriam as entrevistas transcritas; sujeitos; objetos; a interpretação, sistemas, que seria interpretação do mundo, esse mundo sendo a confecção na informalidade; e as ligações, interpretações de formas de falar, dialetos utilizados pelos entrevistados (NOGUEIRA, 2001).

A análise de discurso, método proposto por Laurence Bardin, não possui uma estrutura definida de análise, e neste trabalho foram divididas três etapas: a primeira sendo a avaliação do material a ser utilizado, em que foram verificadas todas as informações coletadas nas entrevistas e se estavam de acordo com a pesquisa e audíveis; a segunda etapa foi a codificação, onde essa foi separada em unidade de registro, que separava as palavras importantes e a unidade de contexto, garantindo o contexto da unidade de registro; já a última etapa foi a categorização, apresentada no próximo capítulo, onde cada objetivo da pesquisa foi separado em tópicos e procurou relacioná-las a partir das respostas dos entrevistados e referências teóricas, refletindo sobre as falas dos entrevistados de modo aprofundando, buscando sair da descrição do problema, mas buscando entendê-lo.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo aborda a análise das entrevistas feitas com sullanqueiros da cidade de Vertentes. No capítulo anterior foi descrito o modo de aplicação da entrevista, já neste serão analisadas as informações coletadas, através de análise do discurso, com o intuito de atingir objetivo da pesquisa.

4.1 Identificar o perfil dos trabalhadores

Para uma melhor compreensão das informações, primeiro será criado uma tabela com algumas informações dos entrevistados, para que informações apresentadas mais a frente possa ser relacionada com cada participante, criando um perfil mais único para cada.

Tabela 1 – Identificação dos participantes

Entrevistado	Sexo	Idade	Quantidade de filhos	Idade que começou a trabalhar	Função	Escolaridade
Entrevistado A	M	36	1	12	Assistente de Gerência	Ensino médio completo
Entrevistado B	M	33	2	16	Costureiro que embutir traseira da peça	Ensino fundamental incompleto
Entrevistado C	M	28	0	12	Estoquista	Ensino superior incompleto
Entrevistado D	M	23	0	14	Passa ferro modelador	Ensino médio completo
Entrevistado E	F	27	0	15	Costureiro de máquina reta	Ensino médio completo
Entrevistado F	F	36	2	14	Costureiro de máquina reta	Ensino fundamental incompleto
Entrevistado G	M	31	3	9	Gerente da confecção	Ensino médio incompleto

Entrevistado H	F	25	3	20	Costureiro de máquinas em geral	Ensino fundamental incompleto
Entrevistado I	M	31	1	12	Costureiro de máquinas em geral	Ensino médio completo
Entrevistado J	F	28	1	12	Costureiro de máquina reta/ duas agulhas	Ensino médio completo
Entrevistado K	M	27	0	13	Passa ferro modelador	Ensino médio completo
Entrevistado L	F	52	2	15	Costureiro de máquinas em geral	Ensino fundamental completo
Entrevistado M	M	31	1	11	Costureiro de máquinas reta/ duas agulhas/ de rebater / de embutir	Ensino médio incompleto
Entrevistado N	M	25	0	14	Costureiro de máquinas em geral	Ensino médio incompleto
Entrevistado O	F	34	1	16	Costureiro de máquinas overloque / reta	Ensino médio completo

Fonte: Elaboração própria (2022)

Analisando inicialmente as informações da tabela, pode-se destacar que foram entrevistados mais homens do que mulheres, onde pode-se notar que a participação dos homens não está só associada a atividades de transporte e reposição de mercadoria nos bancos da feira do Polo de Toritama, como relatado por Oliveira e Braga (2014), mas pode ser relacionada também a confecção da própria peça, que é geralmente associada as mulheres costureiras.

Dando continuidade à análise, pode-se notar que a idade está entre 23 à 52 anos, porém, a idade que os entrevistados começaram a trabalhar é bem

inferior, uma média de 9 à 20 anos, sendo que a maioria começou a ter contato com facções em média de dois anos após começarem a trabalhar em outras atividades.

Antes do primeiro contato com jeans, os entrevistados trabalharam em várias áreas, como o entrevistado B que começou a trabalhar em uma lanchonete aos 16 anos, o G que trabalhava carregando frete com uma carroça de mão, na feira de verdura, aos 9 anos, o I, M e N começaram a trabalhar com agricultura, com 12, 11 e 14 anos respectivamente, e o entrevistado B que começou trabalhando em uma serralharia aos 12 anos, as entrevistadas F e L, tiveram um contato próximo ao de confecção, porém não foi diretamente com o jeans, a entrevistada F começou ajudando a vender os produtos na Feira da Sulanca em Toritama, aos 14 anos, e a entrevistada L começou a trabalhar com malha, outro matéria muito usado nos produtos da sulanca, aos 15 anos.

Pode-se notar, então, duas situações, a primeira em que o entrevistado de 9 anos se destaca por sua idade muito baixa e a entrevistada de 20 por sua idade muito avançada em relação ao início do trabalho com confecção, comparando aos outros entrevistados, sendo uma média mais realista a de 11 à 16 anos.

Com base na idade, pode-se identificar que apenas um dos 15 entrevistados era maior de idade quando começou a trabalhar, e dos entrevistados, 8 já iniciaram no mercado de trabalho com funções relacionadas a jeans, como ajudante nas facções, conhecido localmente como “cassaco”, ou ajudando nas vendas, nos bancos do Polo de Toritama.

Os outros 6 entrevistados, que não iniciaram com jeans, optaram por essa área por vários motivos, como falta de oportunidades, por ser a única alternativa entre confecção e agricultura, e como relatou o entrevistado N, um dos motivos por escolher a confecção é “Porque é a única coisa que tem pra trabalhar na sombra por aqui, porque o sol quente que tá”.

Próxima informação a ser considerada para o perfil dos trabalhadores é a quantidade de filhos, pode-se perceber algumas peculiaridades, como dos 15 entrevistados, 10 tem filhos e dos cinco entrevistados que não possuem, todos tem menos que 30 anos, e dos que possuem filhos, apenas dois tem menos de

30 anos. Algumas informações adicionais são que dos cinco que não possuem, apenas três são solteiros, os outros dois entrevistados são casados.

Quando o entrevistado possuía filho, suas repostas sobre o porquê continuam na confecção e porque não tentam outro trabalho, era influenciada por esta condição, pois eles não queriam arriscar um trabalho informal, porém fixo e garantido, com alguma possibilidade de trabalho que por mais que fosse formal ou não, não passava essa característica de garantia para com a família do entrevistado, a garantia do sustento.

A entrevistada L, que é a entrevistada que possui a maior idade e que tem dois filhos, afirmou em uma das suas respostas que assumiria o risco de tentar começar a produzir peças de jeans, pois, por mais que fosse incerto e competitivo (a ponto de outros entrevistados não optarem mesmo com condições a começarem a produzir, como o entrevistado I e a entrevistada J), na sua resposta, a entrevistada L afirma:

“Não é como antigamente, que o que você fizesse, levava e vendia, hoje você tem que correr muito atrás, de modelo [**da peça**] e de qualidade, principalmente de qualidade, mas se eu pode-se, começaria, hoje não tenho mais menino pequeno para estar me impaiando, nem me preocupando, teria tempo e espaço para ir para as feiras, essas coisas, então se tivesse oportunidade, eu começaria” (Entrevistada L, inserções nossas para compreensão).

Deixando claro que possuir filhos influencia na tomada de decisão em relação ao optar em mudar ou não de área, seja na própria confecção de jeans, ou em outra atividade econômica. Este ponto é importante para pensarmos, de modo geral, nas relações de trabalho no Brasil, nas quais muitos trabalhadores para garantir a sobrevivência sua e de sua família, aceitam trabalhos diferenciados, por vezes informais, se submetendo a condições precárias.

É importante definir uma característica dessas confecções, que foi apresentada em todas as entrevistas: os entrevistados informavam que trabalhavam para terceiros, relatados como “Dono das peças”, os quais seriam os proprietários das peças de jeans que optavam em mandar suas peças para essas pequenas confecções ao invés de eles próprios realizarem o processo de confecção, sendo assim, nenhum dos entrevistados era dono do que produzia,

e não trabalhavam na venda dessa produção nos Polos de Confeccões, onde na maioria das vezes o proprietário que é responsável pelo processo de venda.

Tendo isto em mente, o caráter informal e terceirizado das confecções, ao buscarmos descobrir sobre os cargos e possíveis hierarquias, geralmente a resposta dos entrevistados referente aos seus cargos eram respondidas relacionando a máquina que utilizada, não existindo cargo distintos, exceto quando a confecção tem uma quantidade de funcionários que por mais que façam parte da família precise que alguém se responsabilize perante o dono das peças, como relatado pelo entrevistado A, que ao perguntar seu cargo, respondeu:

“Hoje, a esposa que gerencia, eu auxilio minha esposa na gerência, e devido hoje ter pouca gente, cada um sabe sua função, não precisa de instrução, não precisa de reunião, cada um sabe sua função, é uma coisa no automático mesmo, não precisa de orientação” (Entrevistada A).

O entrevistado G também relatou sobre como funciona a gerência, ele disse: “É nois dois [**esposa**] juntos, mas faço tudo, o que vai aparecendo vou fazendo, mas como é só nois dois, e cada um sabe o que é pra fazer, não tem uma hierarquia, é os dois juntos” (Entrevistado G, inserções nossas para compreensão).

Pode-se perceber uma característica em comum, sobre o depoimento dos entrevistados, A e G, os dois dividem a gerência como cônjuge, a gerência não necessariamente está relacionado a hierarquia, e sim as funções da facção, onde o gerente se responsabiliza pelos meios, se encarrega de mais processos da produção, os funcionários já sabem suas funções e realizam as atividades para que o processo da confecção seja realizado, tornando a gerência uma espécie de responsável pelo processo e pelo produto com os donos das peças, o funcionamento da fabricação é tão padronizado, que é quase autogerenciado.

4.2 Conhecer o funcionamento das confecções de jeans na cidade de Vertentes

Segundo o relato dos entrevistados, as confecções informais diferem de outros trabalhos formais, em vários aspectos, um deles é o horário, seja de início das atividades, ou de saída, onde a maioria não soube definir um horário certo,

sendo geralmente em torno das 07:30h, mas tendo caso de entrevistados que iniciavam sua jornada de trabalho às 08:00h, e outros que chegavam a iniciar às 05:00h. Todavia, um aspecto era sempre relacionado ao início das atividades, sempre dependia-se da quantidade de peças que eles tinham para produzir, sendo a quantidade da produção um fator para que eles definissem tantos os horários de entrada e saída, como os das pausas durante o dia, e em todos os caso, esse era o principal motivo para definir a quantidade de horas extras, onde é conhecida na região como “serão”, portanto sempre era mais fácil eles informarem quando iniciavam as atividades, mas geralmente não tinha um horário certo para encerrarem, sendo entre 21:30h às 22:00h o horário de finalização para alguns, como relatado pelo entrevistado B, que disse:

“Pego de 05:00, 05:30, me acordo de 05:00, 05:30, vou fazendo as coisas enquanto espero o ajudante chegar de 07:30, aí de 11:30, paro, aí vou almoçar, pego de 13:00 dinovo, até 22:00, 23:00 da noite, a semana todinha assim, a janta não tem horário certo não, pra tomar café é 08:00, 09:00, não tem hora não, como eu trabalho em casa eu faço meu horário” (Entrevistado B).

A casos como relatado pelo entrevistado B que o horário de encerramento chega à 01:00 da madrugada, o entrevistado relatou quando questionado o que ele mudaria na sua rotina:

“O que eu mudaria, é em relação ao dia de sábado, por conta que eu passava as fotos pro cliente logo no meio da semana, tipo na quarta feira, pra não chegar tudo no sábado, por que no sábado eu sai meia-noite, uma hora da madrugada quando o tempo [**período de alta produção**] tá bom”. (Entrevistado B, inserções nossas para compreensão).

Em questão sobre os dias da semana, a maioria respondia que trabalhava de segunda à sexta, o dia todo, o sábado geralmente até meio dia ou até terminar os procedimentos finais na peça, porém alguns dos entrevistados não chegam a cumprir toda essa carga horária, a exemplo do entrevistado D, K e O, que são responsáveis por apenas um processo da confecção da peça, e assim que terminam esse processo, a peça é passada para outra pessoa dar continuidade a produção, sendo geralmente em confecções maiores ou que possuem mais

maquinários, sendo assim, quando não são responsáveis por todo processo de confecção, a carga horária é reduzida, não tendo uma definição certa dessa redução, sendo relacionada só a quantidade de tempo que passam realizando o processo que são responsáveis.

No capitalismo atual, a superexploração da força de trabalho se dá por alguns fatores, como o aumento do uso da força de trabalho, o aumento da jornada de trabalho e a diminuição dos salários reais, em relação as forças precárias de aquisição de renda, exemplo do salário por peça, e por produção. E no Brasil, na confecção de jeans do agreste de Pernambuco, é identificado um alto índice de trabalhadores com características de informalidade, como a falta de estabilidade, sem carteira assinada e maiores jornadas de trabalho (SILVA, 2017).

Outra característica importante são os períodos que trabalham mais e menos no decorrer do ano. Existem períodos sazonais que influenciam nas vendas nos Polos, afetando, assim, diretamente no processo de produção, que acaba por diminuir a quantidade de peça que as confecções trabalham e, em consequência, a quantidade de horas trabalhadas e os salários dos costureiros, que recebem não por horas ou salários fixos, mas na sua maioria pelo que produzem. Porém, cada um dos entrevistados é afetado em períodos diferentes, pois cada um é responsável por um tipo de processo, ou trabalha com modelos de roupas diferentes, e alguns modelos vendem mais em determinadas épocas do ano.

Sempre que era questionado quais são esses períodos do ano onde trabalham mais e menos, os entrevistados respondiam por meses, sendo na maioria, de Janeiro até Março ou Abril, respondiam que a produção era reduzida, chamam de período “Fraco”, Maio a Setembro, o período normal, e geralmente a partir de Outubro a Dezembro eram os períodos melhores, onde trabalhavam mais, tinham mais peças para produzirem, assim acontecendo de terem cargas horárias maiores e com mais horas extras, no resto do ano, a produção era considerada normal ou fraca, assim como descrito pelo entrevistado C, que relatou “ Tipo assim, de Janeiro a Março é fraco, não é bom não, ai vai Abril , Maio é mais ou menos, ai depois de Junho começa a melhorar, agora o tempo bom da gente é de Outubro até Dezembro”.

Por mais que alguns dos processos de produção nas confecções sejam difíceis de se aprender, quando perguntado se os entrevistados recebiam algum tipo de treinamento, tanto periódico, como realizado só uma vez, todos disseram que não, a maioria aprendeu a fazer através de observação ou autodidata, pois com o decorrer do tempo trabalhando nas confecções, vão conseguindo realizar atividades mais complexas, pois passam a ter mais afinidade com determinados processos.

Mas existe alguns casos específicos relacionados a pergunta de treinamento: um deles foi em relação ao entrevistado C, que trabalha em um estoque de peças, onde esse estoque é responsável por mandar a peça pronta, em determinadas quantidades e modelos, através de um programa de computador e uma máquina de embolsar as peças para a venda, para compradores e para o Polo, para, então, serem vendidas. Quando questionado se ele recebeu ou recebe algum treinamento o entrevistado relatou “Não, não, chegou **[a máquina]**, ela **[responsável pelos processos]** explicou, mas a gente olhou uns vídeos pouquinho no *youtube*”. (Entrevistado C, inserções nossas para compreensão)

Esse relato deixa evidente que os próprios sulanqueiros que vão atrás de como realizar a suas atividades, o método de realizá-las. Mais que isso, nos mostra que o trabalho é passado de pai para filho, através de vivências da informalidade. As pessoas relatam que aprenderam observando ou sozinhas e isso reflete a continuidade que este tipo de trabalho informal traz para a região: é o passar de pai para filho, é a continuidade da precariedade em decorrência das poucas opções oferecidas pelo mercado de trabalho da região.

Porém quando não precisam aprender o processo por completo, mas só algumas partes dele, alguns entrevistados como L, M e O, relataram que recebem uma peça pronta, chamada por ele de peça “Piloto”, onde consiste em uma peça pronta, que o “dono” entrega ao costureiro e ele estipula através só de observação como deve ser o processo para fazer aquela determinada costura. Assim, através de tentativa e erro, vai comparar e quando percebe que realizou a costura como na peça piloto, dá início ao processo produtivo. Porém todo esse procedimento de aprendizagem é autodidata, não recebe nenhum tipo de treinamento.

Esse processo de confecção na informalidade tem suas vantagens e desvantagens, e quando perguntado aos entrevistados se eles gostariam de mudar alguma característica do dia a dia, ou no processo de produção, as respostas foram diversas, os entrevistados A, B, C, F, G, H, M e N optariam em diminuir a carga horaria semanal, como descreveu o entrevistado B que disse:

“Se eu pudesse mudar, eu mudaria o horário, pra eu pegar [começar] mais tarde e sair mais cedo, mais se eu mudar hoje em dia eu não dou conta das peças que tem, que eu não faço tão ligeiro, aí se eu não der conta os outros vão tirar de min e botar pra outra pessoa” (Entrevistado B, inserções nossas para compreensão).

Os entrevistados D e E, não mudariam nada na rotina, os entrevistados I optaria em ou diminuir ou parar de fazer serão, assim como o entrevistado J, que relatou “eu diminuiria esse serão viu, esse serão cansa viu”, já o entrevistado K relatou:

“O que eu mudaria na minha rotina, é mais o tipo de tecido que é usado, porque, por exemplo, se usar lycra, ou alguma coisa que é sintético, é muito ruim pra passar o ferro, por que dependendo do tipo de pano, ela é muito mais prejudicial pra quem ta ali trabalhando, porque às vezes esquenta mais aí você tem que controlar mais a temperatura, queima os dedos e tal, eu mudaria isso”. (Entrevistado K).

A entrevistada L descreveu na sua entrevista que:

“Eu faria só pegar um modelo de roupa, porque você vai pegando pratica e agiliza, ai no caso da gente, cada semana vem um modelo de peça diferente, já que a gente não é o proprietário das peças, a gente pega pra trabalhar pra os outros, essa semana vem short, pra semana vem jaqueta, pra semana vem calça, pra semana vem maquaquito, vem macacão, a gente nunca pega pratica naquela peça, demora a sair, e acaba ganhando menos, se viesse o mesmo modelo a gente sabia pra onde vai e não vai, mas nunca vem o mesmo” (Entrevistada L).

Já a entrevistada O relatou que “se pudesse mudar, mudaria a quantidade de peça, pra mais”. Em relação ao que os entrevistados desejariam mudar no seu dia a dia, fica claro que o maior problema para ele na confecção atualmente é a grande carga horária, que acaba levando eles a exaustão, a também aqueles que estão satisfeitos com suas rotinas, porém uma pequena parcela. Então

pode-se dizer que em 86,6% dos casos, são relatados insatisfação em alguma etapa da confecção informal.

Como visto anteriormente, muito entrevistados se queixam da jornada de trabalho excessiva, e a Constituição de 1988 determina que a jornada de trabalho passa-se de 48 para 44 horas semanais, segundo Neri (2006). Porém nesta pesquisa, ficou relatado que 12 dos 15 entrevistados trabalham acima das horas semanais estipuladas pela Constituição, ocasionando uma média de 80% dos entrevistados como acima do limite de horas semanais, e desses 80%, só o entrevistado C tem a carga horária diária de 8 horas, em alguns casos, os entrevistados chegaram a relatar que trabalham por 14:00h a 14:30h por dia, como o entrevistado B e o M. Todos os outros entrevistados estão entre essa média diária de 8 a 14 horas diárias.

Esse dado corrobora com as pesquisas de Lira (2020) e Silva (2017), onde relatam casos de costureiros com jornadas de trabalho de 8 horas, chegando a casos de 19 horas por dia, ocasionando um desgaste precoce através de uma superexploração da força de trabalho.

4.3 Conhecer as condições de trabalho

Já foi abordado como funciona o horário de entrada e saída nas confecções, porém e o horário durante o horário de expediente? Esse horário difere do anterior pois ele não está definido diretamente pela quantidade de peça. Foi perguntado aos entrevistados como eles definiam pausas para lanche e idas ao banheiro durante o dia e apenas um respondeu que não possuía pausa para lanche, que foi o entrevistado C, porém vale ressaltar que a função dele é diferente da dos outros entrevistados, pois trabalha com distribuição e não com produção, sendo assim, as pausas não planejadas podem interferir nos horários de entrega.

Entretanto todos os outros entrevistados responderam que suas pausas durante o dia não são definidas e dependem da vontade deles, se param para fazer alguma refeição ou não, a quantidade de pausas, e o tempo dessas. Isso pode ser explicado pelo fato de seus salários serem relacionados com a quantidade produzida e não com o tempo trabalhado ou salários fixos, sendo

assim, os próprios costureiros têm a noção que pausas demasiadas e por muito tempo vão interferir diretamente na quantidade que eles produzem e, por consequência, diminuir os ganhos.

Dando continuidade as condições de trabalho, a entrevista identificou que os aspectos do ambiente onde a confecção é realizada variava muito de entrevistado a entrevistado, onde alguns trabalhavam em um ambiente separado da sua própria residência, como os entrevistados A, G e H, e alguns trabalhavam na própria residência, onde não tinha uma separação visível entre as máquinas do processo de confecção e a mobília da residência do entrevistado, como os entrevistados L e M.

Outra característica importante, diz respeito a salubridade do local de trabalho: questões de ventilação, higiene e segurança, sendo essas características abordadas juntas em uma única questão da entrevista. Em todos os casos, sobre a higiene, respondiam que era adequada, pois como trabalhavam em casa, a limpeza era feita em curtos períodos, e utilizavam o banheiro da residência, que também era sempre higienizado, porém o entrevistado C trabalha no depósito de uma das confecções, porém mesmo assim a higienização tanto do ambiente de trabalho quanto do banheiro era periódica, mantendo sempre limpo.

Sobre a ventilação, essa variava muito de acordo com cada entrevistados, alguns respondia que trabalhavam em locais ventilados, como garagem com portão, onde corria ventilação natural, como relatado pelos entrevistados D, I, J e K, o entrevistado K relatou na sua entrevista “Meu local de trabalho pra mim é ok, porque como eu trabalho em casa, na garagem de casa, eu mesmo organizei o local e lá é bem ventilado”, outros trabalham em um cômodo separado, onde a ventilação já não era tão boa, como os entrevistados B, F e G, o entrevistado G descreveu que “A questão aqui é o calor, que até eu tava pra ajeitar pra botar outro vasculhante, sabe, para ventilar mais” outros trabalham utilizando ventiladores, como os entrevistados A e N, que como relatado pelo entrevistado N disse “ Aqui eu uso ventilador, só o vento não ajuda não”.

Em questão da segurança, todos relataram que trabalham em ambiente seguro, nunca passaram por nenhuma situação de assalto ou furto, porém a entrevistada L relatou em sua entrevista que já precisou parar a produção

algumas vezes no passado por medo de desconhecidos passando na sua rua, gerando uma sensação de insegurança durante o trabalho, porém a mesma relatou que nos dias atuais não tem mais essa preocupação, provavelmente pelo fato de morar em um dos municípios da cidade, onde a movimentação de pessoas desconhecidas é menor.

Em relação a procedimento de segurança no trabalho, como por exemplo a utilização de fones abafadores de ruído e extintores, apenas o entrevistado C relatou cumprir as exigências necessárias de funcionamento, possivelmente essa precaução está relacionada porque o estoque é onde as peças são armazenadas em grandes quantidades e prontas para a comercialização, e em caso de perda, o prejuízo é maior em relação a perda da peça nas confecções, pois o valor de uma peça pronta, dependendo do modelo, é consideravelmente maior que quando se encontra ainda na parte da produção, sendo que a perda de peça durante a produção, por alguma falha no procedimento por exemplo é mais fácil e barato sua substituição.

Já foi relatado anteriormente que não existe uma hierarquia dentro dessas confecções informais, porém há um tipo de relação para relatar problemas, pois quando os costureiros precisam se ausentar da confecção, seja por algum compromisso ou por doença, eles têm um procedimento para com o dono das peças.

Quando a falta é planejada, ou seja, sabem que precisaram faltar, a maioria dos entrevistados relataram que ligam para o dono das peças para informar a falta e o motivo pelo atraso na entrega das peças, e adiantam suas atividades na data anterior a falta, geralmente através de serão, para tentarem minimizar as consequências da falta.

Já quando a falta não é planejada, como em caso de doença, por exemplo, o procedimento para com o dono das peças é o mesmo, ligam avisando e dando explicações pelo atraso, porém tentam colocar em dia o processo depois dessa falta, também com serão.

Como anteriormente citado, o “serão” é como chamam as horas extras realizadas nas confecções, porém sua utilidade não é só manter em dia as atividades em relação às faltas, serve também para adiantar o trabalho para o dia seguinte, resultando em mais produção, porém quando abordado se faziam

ou não serão, os entrevistados D, E, K e O relataram que não é necessário recorrerem ao serão, pois como são responsáveis por apenas uma etapa do procedimento de produção, seus horários de trabalho são reduzidos, e caso recorram ao serão, posteriormente ficarão com tempo ocioso. Já a maioria dos entrevistados que realizam serão, relataram que se fosse possível, deixariam de fazer, pois tornam a jornada de trabalho mais desgastante.

Esse desgaste é ocasionado justamente pela exposição a jornadas excessivas de trabalho dentro das confecções, o que pode trazer um desgaste em potencial ou definitivo da capacidade biológica e psíquica, podendo resultar ou não no surgimento de doenças. O surgimento de problemas de saúde relacionados aos trabalhadores das confecções está ligado ao fato que não são realizados acompanhamento médico periódico e nem em casos de acidentes, ocasionado um agravamento de saúde, incapacidade para o trabalho e até morte precoce desses trabalhadores (LIRA, 2020).

Quando perguntado se possuíam algum vínculo com o dono das peças, como algum contrato, carteira assinada, ou algum tipo de comprovação que confirmasse que estão trabalhando para o referido dono das peças, todos os entrevistados responderam que não possui nenhum tipo de comprovação, exceto o entrevistado C, que possuía o que ele caracterizou como um contrato.

Este contrato que o entrevistado C possui não garantia a ele os mesmos direitos que a CLT garante. Este contrato só o vinculava ao serviço e definia o salário, já a CLT garante vários direitos conquistados ao longo do tempo, citado por Krein (2013), como direito a férias remuneradas, 13º salário, seguro-desemprego, e vários outros direitos que os trabalhadores das confecções informais abrem mão ao se manterem na informalidade.

4.4 Analisar os motivos pelos quais as pessoas trabalham de modo informal nas confecções em Vertentes, Pernambuco

Este tópico irá iniciar com o que pode ser considerado um dos principais motivos pelos quais as pessoas continuam de modo informal dentro das confecções de jeans na cidade de Vertentes: oportunidades. Quando

questionados, os entrevistados, em sua maioria responderam que a falta de oportunidade é a principal causa de se manterem na informalidade.

Vertentes é uma cidade pequena e no último Censo realizado, em 2010, foi contabilizado um total de pouco mais de 18 mil habitantes. Junto a isto, também se encontra pouca escolaridade entre a sua população. De todos os entrevistados, por exemplo, o único que teve contato com o ensino superior, mas desistiu, foi o entrevistado C. Entre os demais, alguns terminaram o ensino médio, como os entrevistados D, E e K, outros não chegaram a terminar o ensino médio como o entrevistado N, e alguns só concluíram o fundamental, como os entrevistados B e F.

Essa falta de acesso à educação formal e continuidade nos estudos, pode estar relacionada ao fato que todos terem contatos com a confecções informal desde novos, mostrando uma alternativa para os estudos, e uma forma de sobrevivência sem a necessidade de uma formação acadêmica.

Outro fator importante para que se mantenham na informalidade e desistam de escola, é a necessidade de trabalho atrelada a baixa renda. O entrevistado B, por exemplo, nos disse que: “Eu acho que ganha melhor que pelas outras rendas que têm aqui, ou a prefeitura, ou supermercado, que você trabalha muito também e só ganha um salário” ao se referir sobre os ganhos no trabalho nas confecções. A partir das falas dos entrevistados, percebemos que são poucas as opções de trabalho na região, aparecendo como alternativas para não se trabalhar na confecção, o trabalho em mercados, que acaba por ter rotinas de trabalho mais rígidas, não possuindo a liberdade de controlar o horário, o trabalho sendo braçal e mais pesado que na confecção, ganhando apenas um salário mínimo; ou o trabalho na prefeitura, porém essa alternativa é mais difícil pois necessita de alguma formação acadêmica, como relatou o entrevistado B.

Outro motivo pelo qual as pessoas optam pela confecção, segundo as entrevistas, é a liberdade em controlar seu horário e o fato de se trabalhar em casa. O entrevistado B que se considera autônomo, mesmo sem cumprir as obrigações legais de um, relatou que ele tem o controle de escolher para quem trabalha, trabalha em casa, os horários, pausas, não tem nenhuma hierarquia, não precisa estar relatando nada a nenhum superior, e esses são os motivos

pelo qual continua trabalhando na informalidade, o entrevistado B relatou “Mas sou tipo autônomo, e trabalhando aqui [**em casa**], eu posso sair, me levantar, aí se fosse pra eu trabalhar em outro lugar com o mesmo horário e ganhando o mesmo tanto eu não queria não”. (Entrevistado B, inserções nossas para compreensão).

Mesmo levando em relação todos esses motivos pelo qual continuam na informalidade, há um grande fator contra que não chega a ser um ponto de decisão para mudarem para a formalidade, mas consideram importante: a falta de oportunidade. De todos os entrevistados, apenas o A, E e L gostam de trabalhar na confecção, como relatado pela entrevistada L:

“Se fosse pra trabalhar na agricultura eu talvez mudaria, porque eu gosto, mas nenhum outro trabalho me faria sair da confecção, porque trabalho desde os quinze anos e já estou com 52, e não tenho um pingão de vontade de parar não” (Entrevistada L).

Todos os outros relataram que se tivessem alguma oportunidade para mudar de área, mudariam, deixando claro que a falta de oportunidade é o maior fator para se manterem nas confecções informais, assim como foi descrito pelo entrevistado G, que disse:

“Assim, porque o que aparecem assim, as diárias [**trabalhos de um dia**], não é certo, é uma diária num canto, em outro, aí assim é três dias num canto, dois em outro, aí não é aquele serviço certo, por isso que eu continuo na confecção, aí não tem opção de mudar, mas se tivesse a oportunidade de mudar eu mudaria” (Entrevistado G, inserções nossas para compreensão).

A falta de oportunidade de emprego no Brasil não ocasiona só na alta de desemprego, como demonstrado neste capítulo, gera uma alta insatisfação a trabalhadores que se sente forçados a continuar em trabalho que não os motivam, e a insegurança e incerteza de arranjar um trabalho em uma nova área faz com que continuem nesses empregos. E como citado anteriormente por Peres (2003), a deterioração das relações de trabalho faz com que cada vez mais, pessoas optem por trabalhar na informalidade, renunciando à carteira assinadas, e se submetendo a trabalhos precários e desmotivantes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo consistiu em identificar os principais motivos pelos quais as pessoas se mantêm na informalidade nas confecções de jeans da cidade de Vertentes - Pernambuco e, para isso, buscou identificar o perfil dos costureiros das confecções e suas condições de trabalho.

Esse tema foi escolhido por vários motivos, primeiramente a confecção é a principal atividade econômica da cidade de Vertentes, sendo uma alternativa para o desemprego, tendo em vista que a cidade é pequena e as vagas de emprego formal e em outras áreas, são escassas. Também a minha experiência com a confecção foi motivador deste estudo, pois quase toda minha família e vizinhos trabalham nesta área, assim como eu trabalhei antes de entrar na universidade. Existem vários estudos sobre confecção e sobre a informalidade no Agreste, assim como estudos sobre o Polo de Confecções, porém estudos específicos relacionados a cidade de Vertentes são poucos.

Inicialmente se buscou traçar um apurado histórico, de como foi construída a base das relações de trabalho no Brasil, passando para a informalidade no Brasil, e por fim o funcionamento das confecções de jeans do estado de Pernambuco. Na sequência, por meio de um roteiro semiestruturado, foram realizadas 15 entrevistas com uma amostra dos costureiros das confecções informais, tentando obter uma quantidade de informação para que desse início a sua análise, podendo identificar várias informações relevantes para a pesquisa.

Com as informações coletadas nas entrevistas, foi possível alcançar os objetivos da pesquisa, traçando um perfil para os costureiros, percebendo que possuíam idade entre 23 à 52 anos, de zero a três filhos, e cinco dos sete entrevistados que tinham idade abaixo de 30 anos, não possuíam filhos, os cargos eram relacionados as máquinas que utilizavam no dia a dia, como passador de ferro, costureiro de máquina de embutir, costureiro de máquina de reta.

Foi possível também identificar como funcionam essas confecções, como geralmente possuem cargas exaustivas que começam de 07:00 da manhã, e a hora do fim do expediente é determinada através da quantidade de peça que

falta para concluir o serviço, enquanto mais peça, mais tarde o costureiro sai, geralmente encerrando as atividades de 22:00, podendo chegar a casos extremos de 00:00.

Ao trabalhar na informalidade, eles próprios definem seus horários no decorrer do dia e foi possível identificar que geralmente trabalham juntos no mesmo ambiente ou ligados a familiares. Foi determinado períodos do ano com maior e menor produção, sendo de Outubro a Dezembro o período com a maior produção.

Sobre as condições de trabalho, foi identificado que todos os entrevistados ou não recebem ou nunca receberam treinamento para realizar suas atividades, sendo a maioria autodidata ou aprendendo observando enquanto realizavam outra tarefa nas confecções, a maioria recebendo pelo que produzem..

Como 14 dos 15 não possuíam nenhum tipo de carteira assinada, contrato ou comprovante que trabalhavam para determinados patrões, e o único que possuía, tinha só um contrato que garantia seu vínculo, porém não garantia seus direitos, também tentou-se encontrar uma razão em comum entre os entrevistados para justificar o porquê iniciam ou continuam na informalidade, e geralmente era utilizado o argumento da falta de oportunidade de emprego em outras áreas, falta de capacitação, os ganhos da confecção que são maiores se comparados aos trabalhos formais disponíveis, entre outras informações.

Quanto a limitações do estudo, destacam-se a falta de disponibilidade dos costureiros para realizarem as entrevistas, tornando o período para realizá-las, maior que o planejado, a falta de informações sobre a cidade, que possui um site da prefeitura desatualizado, fazendo com que fosse feito a utilização de dados antigos, encontrado em outras pesquisas. O receio do público-alvo da pesquisa em o entrevistador ser algum tipo de fiscalização, mesmo com a apresentação e explicação, o que impossibilitou a aplicação de questionário através de aplicativo de mensagem, WhatsApp, fazendo recorrer a entrevista.

Em pesquisas futuras, recomenda-se a realização de entrevistas com costureiros formais e tentar relacionar dados com os informais, fazendo assim um controle das informações. Também recomenda-se comparar com estudos realizados em confecções informais de outras cidades, para conseguir identificar

padrões comuns, e se as informações variam de acordo com a cidade que a pesquisa for realizada.

Por fim, recomenda-se outros estudos na área da informalidade nas confecções, visando aprofundar-se mais na influência das classes sociais e escolaridade, e como isso afeta a entrada dos trabalhadores na confecção informal.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Eliane; XAVIER, Maria Gilca Pinto; CAMPOS, Luís Henrique Romani. O crescimento econômico dos municípios do aglomerado de confecções do Agreste Pernambucano: Uma análise do período de 2000/2010, à luz das teorias da NGE. **Race: revista de administração, contabilidade e economia**, v. 15, n. 3, p. 891-914, 2016.

ANDRADE, Tabira de Souza. **A estrutura institucional do APL de Confecções do Agreste Pernambucano e seus reflexos sobre a cooperação e a inovação: o caso do município de Toritama**. Dissertação (Mestrado em Economia), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008. 219 f.

ARAÚJO, Júlio Ferreira. **A História da Santa Cruz do Capibaribe**. Santa Cruz do Capibaribe: (EDITORA), 2003.

ARAÚJO, Mário José. **Memórias de Minha Terra Toritama**. Recife: CEPE, 2007.

BERLIN, Lilyan Guimarães. A Indústria têxtil brasileira e suas adequações na implementação do desenvolvimento sustentável. **ModaPalavra e-periódico**, n. 13, p. 15-45, 2014.

BRAGA, Bruno Mota. **A dinâmica formal-informal do trabalho no território comercial de Toritama: o que está mudando?** Dissertação de mestrado (Ciências sociais). PPGCS-UFCG, Campina Grande, Paraíba, 2014. 131f.

BURNETT, Annahid. A “saga” dos retalheiros: um estudo sobre a instituição da feira da Sulanca no Agreste Pernambucano. **Revista de Ciências Sociais**, v. 3, n. 2, p. 09-40, 2013.

CABRAL, Romilson. **Relações possíveis entre empreendedorismo, arranjos organizacionais e institucionais: Estudos de casos no Polo de confecções do agreste pernambucano**. Tese (Doutorado em Administração), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007. 313f.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; DA SILVA, Pedro. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, v. 6, 2007.

COSTA, Márcia da Silva. O sistema de relações de trabalho no Brasil: alguns traços históricos e sua precarização atual. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n.59, p. 111-131, 2005.

DA SILVA, Nathalia Barbosa; ROCHA, Maria Alice Vasconcelos. **PERFIL EVOLUTIVO DA PRODUÇÃO NA CADEIA TÊXTIL E DE CONFECÇÕES DE PERNAMBUCO**. In: XIII JORNADA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – JEPEX 2013 – UFRPE, Recife, p. 01-03, 2013.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. Notas sobre a evolução do mercado de trabalho no Brasil. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 25, n. 1, p. 113-130, 2005.

DRUCK, Graça; DUTRA, Renata; SILVA, Selma Cristina. A contrarreforma neoliberal e a terceirização: a precarização como regra. **Caderno CRH**, v. 32, p. 289-306, 2019.

ESPÍRITO SANTO, Wecisley Ribeiro do. **Sulanqueiras. O trabalho com vestuário e outros ofícios no Agreste Pernambucano**. 2013. Tese de Doutorado. (Tese de Doutorado em Antropologia Social) – Pós-Graduação em Antropologia Social- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. 504f.

FLEURY, Maria Tereza Leme; FISCHER, Rosa Maria. Relações de trabalho e políticas de gestão: uma história das questões. **Revista de Administração**, v. 27, n. 4, p. 5-15, 1992.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. Métodos de pesquisa. coordenado pela Universidade Aberta do Brasil–UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica–Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. **Editora da UFRGS**, v. 2, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, Lorena Barros et al. **Potencial de aproveitamento da energia solar para aquecimento de água nas lavanderias industriais do apl de confecções do agreste de Pernambuco**. In: **VII Congresso Brasileiro de Energia Solar**, nº VII, Gramado. Anais. Gramado: CBENS, 2018, p.1-10. 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. **Vertentes**. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/vertentes/panorama>. Acesso em: 3 de maio de 2022.

KREIN, José Dari *et al.* Setenta anos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Regulação do trabalho e instituições públicas. **Editora Fundação Perseu Abramo**, p. 73-85, 2013.

KREIN, José Dari. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista. **Tempo social**, v. 30, p. 77-104, 2018.

KREIN, José Dari; OLIVEIRA, Marco Antonio. Mudanças institucionais e relações de trabalho no Brasil. **Cuadernos del Cendes**, v. 18, n. 46, 2001.

LIRA, Paulo Victor Rodrigues de Azevedo et al. Superexploração e desgaste precoce da força de trabalho: a saúde dos trabalhadores de confecção. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 18, 2020.

LIRA, Sonia Maria de. Os aglomerados de micro e pequenas indústrias de confecções do Agreste/PE: um espaço construído na luta pela sobrevivência. **Revista de Geografia**, v. 23, n. 1, p. 98-114, 2008.

MARQUES, Léa et al. **Informalidade**: realidades e possibilidades para o mercado de trabalho brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018.

MATTOSO, Jorge. O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90. **Editora Fundação Perseu Abramo**, 1999.

NERI, Marcelo Côrtes. **Informalidade**. Ensaio Econômico – EPGE, n. 635. FGV, 2006.

NOGUEIRA, Conceição. **A Análise do Discurso**. In: ALMEIDA, L. S.; FERNANDES, E. M. (Eds). Métodos e técnicas de avaliação: novos contributos para a prática e investigação psicológicas. Braga-PT: Univ. do Minho/CEEP, 2001.

OLIVEIRA, Roberto Véras; BRAGA, Bruno Mota. Território comercial de Toritama: persistência e metamorfoses da informalidade. **Revista de Ciências Sociais Política & Trabalho**, João Pessoa, n. 41, p. 193-225, out. 2014.

PEREIRA, Ana Márcia Batista Almeida. **Dinâmica formal-informal em lavanderias de jeans e suas implicações nas relações de trabalho**. Tese (doutorado) - Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Programa de Pós-graduação em Administração (PPGA), João Pessoa, PB, Brasil, 2018. 330f.

PEREIRA, Sandra de Oliveira Gomes; CABRAL, José Pedro Cabrera. Informalidade e crise do emprego no Brasil. **Humanidades & Inovação**, v. 6, n. 18, p. 92-102, 2019.

PERES, Rodrigo Sanches; SILVA, Juliana Azevedo da; CARVALHO, Ana Maria Rodrigues de. Um olhar psicológico acerca do desemprego e da precariedade das relações de trabalho. **Psicologia: teoria e prática**, v. 5, n. 1, p. 97-110, 2003.

PORTELLA, Gabriela Cardoso. **O direito do Trabalho do não-assalariado: Nova informalidade e as zonas cinzentas do assalariamento no Brasil**. 2020. Dissertação (Pós-Graduação em Direito) – Curso de Direito – Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2020. 146 f.

RICHARDSON, Roberto Jarry *et al.* **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2. Ed. 1989.

SILVA, Rafaela Miranda da. **Saúde do trabalhador no arranjo produtivo local de confecções do Agreste de Pernambuco: o desgaste da força de trabalho como expressão da precarização do trabalho**. Dissertação de

Mestrado (Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2017. 159f.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 16 Ed. São Paulo: Atlas, 2016.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia da pesquisa**. Florianópolis: SEaD/UFSC, 2006.

APÊNDICE I – FORMULÁRIO DE ENTREVISTA.

TCC: RELAÇÕES DE TRABALHO E A INFORMALIDADE NOS FABRICOS DE JEANS NA CIDADE DE VERTENTES-PE

PARTE 1 – PERFIL DOS TRABALHADORES

- 1) Qual sua idade?
- 2) Onde você mora?
- 3) Você tem filhos? Se sim, quantos? Quais as idades?
- 4) Com quem você mora? São quantas pessoas na sua casa?
- 5) Quem é o “chefe” de família? De onde vem a maior parte de sua renda?
- 6) Quantas pessoas trabalham na sua casa?
- 7) Se mais alguém trabalhar, quantas trabalham com facção de jeans?
- 8) Se não trabalham com facção, onde trabalham?
- 9) Qual idade você começou a trabalhar? Foi em uma facção de jeans? Se não, onde e com que foi?
- 10) Há quanto tempo você trabalha em uma facção de jeans?
- 11) Qual sua função na facção?

PARTE 2 – Conhecendo o funcionamento das facções

- 1) Você poderia nos relatar como é o seu trabalho? Como é o dia a dia nas facções?
- 2) Existe alguma hierarquia onde você trabalha?
- 3) Como é a sua relação com os colegas de trabalho?
- 4) Quais processos você mudaria na sua rotina de trabalho, e se mudaria algum, como e porquê?
- 5) Quais os períodos do ano que você mais trabalha, e qual os períodos onde as produções de jeans diminuem sua produção?
- 6) Descreva os equipamentos que você utiliza no dia a dia nas facções, quais máquinas utiliza no processo produtivo?
- 7) Você recebe ou recebeu algum treinamento para utilizar essas máquinas?

PARTE 3 – Condições de trabalho

- 1) Você possui horários de lanches, almoço já definidos?
- 2) Quais as condições do seu local de trabalho, higiene/ ventilação/ segurança?
- 3) Caso falte um dia de trabalho, qual o procedimento para com o responsável pela facção?

- 4) Em caso de doença, qual o procedimento que você segue?
- 5) Qual o método de pagamento de salário, recebe por hora/ produção / salário fixo?
- 6) Qual o horário que você trabalha? Tem um horário fixo? Como é feito?
- 7) Como funcionam as horas extras/'cerão'?
- 8) Você possui algum tipo de contrato de trabalho? Como é ?
- 9) Você possui outro trabalho?
- 10) Você já pensou em abrir uma facção?
- 11) Por que você continua neste trabalho?
- 12) Você gosta do que você faz?